



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8457

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Cria e Institui Conselhos, Programas, Planos, Salas, Comissões

Autoria: Executivo Municipal

Data: 10/03/2015

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 24/2015. (ALTERADA). Cria, no âmbito do município de Montes Claros, o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa Renda Nova, como complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal. (Referente à Lei nº 4.819, de 22/09/2015, que foi alterada pela Lei nº 4.836, de 01/12/2015).

Controle Interno – Caixa: 7.1

Posição: 49

Número de folhas: 16

Cópias: P.6
Lançamentos: L.6
Cx: 7.1
Ordem: 49
Nº de fls: 12



79/2015
01.09.2015

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 24/2015

Executivo Municipal

AUTOR:

ASSUNTO:

Cria no Âmbito do Município de Montes Claros o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda - Programa Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal.

MOVIMENTO

Entrada em 10/03/2015

Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas.

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 2 - EM 01.09.2015, SALVO EMENDAS.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

24

PROJETO DE LEI Nº DE 02 DE MARÇO DE 2015.

**CRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
O PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA
CONDICIONADA DE RENDA - PROGRAMA RENDA
NOVA, COMO COMPLEMENTAÇÃO AO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA DO GOVERNO FEDERAL.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado e instituído, no âmbito do Município de Montes Claros, o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda - **PROGRAMA RENDA NOVA**, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, condicionado ao cumprimento de contrapartidas sociais.

Art. 2º. O Programa Renda Nova seguirá os seguintes critérios:

I - usar o Cadastro Único do Governo Federal como base exclusiva para definição dos benefícios do programa municipal;

II - oferecer, preferencialmente, um benefício suplementar aos benefícios do Bolsa Família Federal;

III - permitir que o instrumento - cartão - por meio do qual o benefício é oferecido possibilite a incorporação de outros benefícios no futuro ou, visando uma maior inteiração com o Programa Bolsa Família Federal, efetuar os créditos dos beneficiários no próprio cartão do Programa federal.

Art. 4º. Os beneficiários do Programa Renda Nova serão as famílias em situação de pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita estimada com base na linha de pobreza.

Parágrafo Único. A renda familiar per capita estimada será calculada a partir das informações disponibilizadas no Cadastro Único do Governo Federal, somada ao benefício do Programa Bolsa Família Federal.

Art. 5º. Os benefícios serão pagos, mensalmente, em valores a serem definidos pelo Executivo Municipal e que não serão inferiores a R\$ 20,00 por unidade familiar beneficiária.

Art. 6º. O titular do cartão de recebimento do benefício será, preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar.

AS.
Comissões
20/03/15
H. P. P.



[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Parágrafo Único. O cartão de pagamento será de uso pessoal e intransferível e a sua apresentação será obrigatória em todos os atos relativos ao Programa Renda Nova.

Art. 7º. As famílias atendidas pelo Programa Renda Nova permanecerão com os benefícios liberados, mensalmente, para pagamento, salvo na ocorrência das seguintes situações:

I - descumprimento de responsabilidades e condicionalidades do Programa Bolsa Família Federal, que acarrete bloqueio, suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos;

II - descumprimento de responsabilidades e condicionalidades do Programa Renda Nova, que acarrete bloqueio, suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos;

III - comprovação de fraude ou prestação deliberada de informações incorretas, quando do cadastramento ou atualização cadastral;

IV - desligamento por ato voluntário do beneficiário ou por determinação judicial;

V - alteração cadastral na família, cuja modificação implique a inadequação ao Programa.

Parágrafo Único - No caso de normalização do cumprimento das condicionalidades do Programa, o pagamento do benefício será automaticamente restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 8º. Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar as demais condicionalidades do Programa Renda Nova e definir os órgãos competentes para fiscalizar e viabilizar o seu cumprimento.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando autorizada a inclusão das despesas, mediante abertura de crédito especial, no exercício de 2.015, bem como a alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e no Plano Plurianual-PPA do período 2.014/2.017.

Art. 10 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros, 02 de março de 2015.

Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 10 DE MAIO DE 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO
E TOMADA DE CONTAS
EM 10 DE MAIO DE 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 01 DE SETEMBRO DE 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 02 de março de 2015.

Exmo. Sr.

Vereador Marcos Martins de Freitas (MARCOS NEM)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº GP- 102 /2015

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

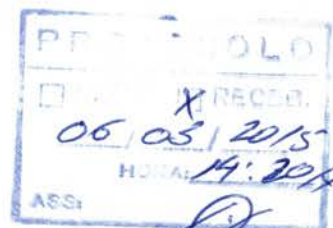
Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“CRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS O PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA - PROGRAMA RENDA NOVA, COMO COMPLEMENTAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO GOVERNO FEDERAL.”**

O presente projeto objetiva apresentar um Programa Municipal de Transferência de Renda com objetivo de contribuir com os esforços dos governos Estadual e federal na erradicação da pobreza e da extrema pobreza. O Programa Renda Nova utilizará, exclusivamente, o cadastro único do programa Bolsa Família Federal objetivando atingir as unidades familiares que se enquadrem nos padrões de renda e que atendam as condicionantes sociais.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

VEREREADOR FERNANDO ANDRADE – 2º secretário

e-mail: fernandaovereador@yahoo.com.br

AS
COMISSÕES
16/09/15

EMENDA Nº _____ AO PROJETO DE LEI Nº 24, DE 02 DE MARÇO DE 2015, QUE “CRIA NO AMBITO DO MUNICIPIO DE MONTES CLAROS O PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSFERENCIA CONDICIONADA DE RENDA-PROGRAMA RENDA NOVA, COMO COMPLEMENTAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMILIA DO GOVERNO FEDERAL.”

Aprova
01/09/15
Montes

EMENDA ÚNICA- Acrescenta o inciso VI ao art. 7º do Projeto de Lei nº24, de 02 de março de 2015, que passa a vigorar da seguinte maneira:

Art. 7º- (...)

(...)

VI- quando for encontrado foco de dengue na residência do beneficiário do programa ou este for negligente quanto à prevenção da dengue em sua residência e houver sido notificado pelo Agente de Saúde do Município de Montes Claros.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 20 de março de 2015

Vereador Fernando Antônio Dias de Andrade



CÂMARA MUNICIPAL DE JORNES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 16 DE ABRIL DE 2015
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JORNES CLAROS
APROVADO EM SESSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 01 DE SETEMBRO DE 2015
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

AS
Comissões
01/09/15
7 de set
Aprova
01/09/15
Montes Claros

**EMENDA AO PROJETO DE LEI PROJETO Nº 24/2015, que
“Cria no Âmbito do Município de Montes Claros o Programa
Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa
de Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa
Família do Governo Federal”.**


EMENDA - Supressiva

Suprime o artigo 8º do Projeto de Lei nº 24/2015 e renumera os demais.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2015.


Vereador Eduardo Rodrigues Madureira

Protocolado em 01.09.2015
09:06 h



Emenda

CAMARA MUNICIPAL DE CONTAS CLARUS
APROVADO EM REUNIÃO POR
REQUERIMENTO DE URGENCIA
EM 01 DE SETEMBRO DE 2015

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 24/2015 QUE “ Cria no âmbito do município de Montes Claros o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa Renda Nova, como complementação ao programa Bolsa Família do Governo Federal.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A iniciativa de lei que verse sobre políticas públicas municipais e questões financeiras é do Executivo Municipal.

O projeto em comento não está previsto nas leis orçamentárias, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, o que o tornaria ilegal, entretanto, o artigo 9º prevê a inclusão do presente programa, bem como, prevê a abertura de créditos específicos em legislação futura.

Portanto, salvo melhor juízo, as condicionantes da criação do programa estão presentes, sendo que a implementação, fase distinta, está condicionada, no próprio projeto, a outras ações.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto sob comento é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 11 de março de 2015.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 24/2015

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Cria no Âmbito do Município de Montes Claros o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa de Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/03/2015, com entrada na Sala das Comissões no dia 17/03/2015.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, tem como objetivo criar no âmbito do Município de Montes Claros, o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa de Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal.

De acordo com o art. 1º do projeto de lei, a finalidade do referido programa é a melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza, condicionado ao cumprimento de contrapartidas sociais, a serem regulamentadas.

Conforme art. 5º os benefícios serão pagos, mensalmente, em valores a serem definidos pelo Executivo, não inferior a R\$ 20,00 (vinte reais) por unidade de família beneficiária.

Verifica-se que no art. 9º, o Executivo solicita a inclusão do programa na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e no Plano Plurianual vigente, bem como a autorização para abertura de crédito especial para arcar com as despesas.

Como a presente proposição trata de políticas públicas de interesse local, esta Comissão entende que não incide em vício de iniciativa.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do presente projeto, e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 01 de abril de 2015.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva: _____

Vice- Presidente: Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira: _____

Relator: Ver. Antonio Silveira de Sá: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 24/2015

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Cria no Âmbito do Município de Montes Claros o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa de Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/03/2015, com entrada na Sala das Comissões no dia 17/03/2015.

Após receber parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pela legalidade e constitucionalidade, foi encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento, para, nos termos regimentais, emitir parecer sobre o mérito da matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, tem como objetivo criar no âmbito do Município de Montes Claros, o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa de Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal.

De acordo com o art. 1º do projeto de lei, a finalidade do referido programa é a melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza, condicionado ao cumprimento de contrapartidas sociais, a serem regulamentadas.

Conforme art. 5º os benefícios serão pagos, mensalmente, em valores a serem definidos pelo Executivo, não inferior a R\$ 20,00 (vinte reais) por unidade de família beneficiária.

Verifica-se que no art. 9º, o Executivo informa que as despesas decorrentes da futura lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, entretanto, solicita a inclusão do programa, por meio de abertura de crédito especial, na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e no Plano Plurianual vigente.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2015.

Presidente: Ver. Eduardo Rodrigues Madureira: _____

Vice- Presidente: Ver. Fernando Antônio Dias Andrade _____

Relator: Ver. Sérgio Pereira dos Santos: Sérgio Pereira dos Santos



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 24/2015 QUE “Cria no âmbito do município de Montes Claros o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa Renda Nova, como complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal.”, de autoria do Vereador Fernando Dias de Andrade.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A Emenda acrescenta inciso VI ao artigo 7º, para incluir, dentre as restrições ao recebimento do benefício, que o imóvel do beneficiário tenha foco da dengue ou então tenha sido notificado pelo agente de saúde.

Considerando que a alteração pretendida não cria novas funções ou despesas ao projeto, bem como, restringe-se a questões de interesse local, não se vislumbra nenhuma ilegalidade ou vício de iniciativa.

Assim sendo, somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 17 de abril de 2015.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605

Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 24/2015

AUTOR: Ver. Fernando Antônio Dias de Andrade

MATÉRIA: “Cria no Âmbito do Município de Montes Claros o Programa Municipal de Transferência Condicionada de Renda – Programa de Renda Nova, como Complementação ao Programa Bolsa Família do Governo Federal”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 16/04/2015, com entrada na Sala das Comissões no dia 17/04/2015.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição tem como objeto acrescentar do inciso IV ao art. 7º do projeto de lei para incluir dentre as condições para o pagamento do benefício do Programa Renda Nova, que a moradia do beneficiário não tenha foco de dengue e nem tenha sido notificado pelo Agente de Saúde.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local e não cria novas despesas, portanto não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

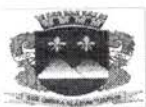
Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade da referida emenda e que a mesma atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2015.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva: _____

Vice- Presidente: Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira: _____

Relator: Ver. Antonio Silveira de Sá: _____



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
GABINETE DO PREFEITO

Montes Claros, 21 de agosto de 2015.

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas (Marcos Nem)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Assunto: informação presta

OFÍCIO Nº GP-360/2015

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos e tendo em vista a tramitação do projeto de Lei n.º 24/15, que cria no âmbito Municipal o programa de transferência condicionada de renda – Programa Renda Nova, apresento os seguintes esclarecimentos:

Com a implementação pelo Município das condicionantes do programa, nos termos do art. 8º do citado projeto de Lei, a previsão do impacto nas contas Municipais será da ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais, ou seja, R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para os exercícios de 2.016 e 2.017.

Informo, ainda, que nos termos do art. 9º do aludido projeto de Lei o Município providenciará a abertura de crédito especial para inclusão do programa no orçamento para o exercício de 2.015, bem como na LDO. e no PPA. referente ao período de 2.014/2.017.

Na oportunidade solicitamos a juntada do presente ofício ao processo do PLC 24/15 em trâmite nesta Casa Legislativa e manifestamos protestos de estima e consideração, nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito de Montes Claros





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Antonio Silveira de Sá

PARECER DO RELATOR

Considerando a lei nº9.504/1997(lei das eleições),no seu artigo 73,assim transcrito:

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

(Parágrafo 10 acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 11.300/2006.)

Considero o presente projeto ilegal/inconstitucional.

Montes Claros, 31 de Agosto de 2015

A. Silveira

Antonio Silveira de Sá

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

| | |
|-------------------------------|--|
| PROTOCOLO | |
| <input type="checkbox"/> EXP. | <input checked="" type="checkbox"/> RECEB. |
| 01/10/2015 | |
| ASS. <i>Antonio Silveira</i> | |